

CENÁRIO DE LONGO PRAZO PARA AS MPE

(Economia Internacional e Brasileira)

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UGE – Unidade de Gestão Estratégica
NEP – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Setembro de 2012.

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas

2012. © Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação aos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Informações e contatos

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Unidade de Capacitação Empresarial – UCE

SGAS 605 – Conj. A – Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70200-645.

Telefone: (61) 3348-7461

Site: www.sebrae.com.br

Presidente do Conselho Deliberativo

Roberto Simões

Diretor Presidente

Luiz Barretto

Diretor Técnico

Carlos Alberto dos Santos

Diretor de Administração e Finanças

José Cláudio dos Santos

Unidade de Gestão Estratégica

Gerente

Pio Cortizo

Elaboração e Execução:

Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional – Núcleo de Estudos e Pesquisas

Paulo Jorge de Paiva Fonseca (coordenação técnica)

Heitor Cova Gama

Marco Aurélio Bedê

Rafael de Farias Moreira

Almiro Breno de Moura

Michel Ferreira Gandra (estagiário)

Sumário

Objetivo	4
Metodologia.....	4
Economia Internacional.....	5
Economia brasileira	9
Oportunidades para as MPE	20
Conclusão.....	22

Objetivo

O presente trabalho nasce da necessidade de se elaborar um cenário de longo prazo para as micro e pequenas empresas vis-à-vis a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, com o objetivo de subsidiar a elaboração/revisão do Plano Plurianual do sistema SEBRAE e a conseqüente definição de ações estratégicas junto a essas empresas, identificando riscos, oportunidades de melhorias e possibilidade de desenvolvimento de novos programas, produtos e cursos/treinamentos.

Metodologia

Este cenário se balizou em dados/informações obtidas em fontes secundárias (IBGE, BACEN, IPEA, MTE, FGV, CNI etc), que disponibilizam, periodicamente, dados sobre importantes variáveis macroeconômicas.

Para efeito de projeção das variáveis macroeconômicas brasileiras, como inflação, câmbio, meta da taxa Selic e PIB, foram consideradas as expectativas dos analistas de mercado (mediana), disponibilizadas no site do Banco Central do Brasil. Para as variáveis macroeconômicas de outros países/blocos econômicos, como o PIB, por exemplo, foram utilizadas as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Este trabalho apresenta um cenário único (mais provável), de longo prazo, para as MPE. O período de atualização e divulgação desse documento é trimestral e ocorre nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

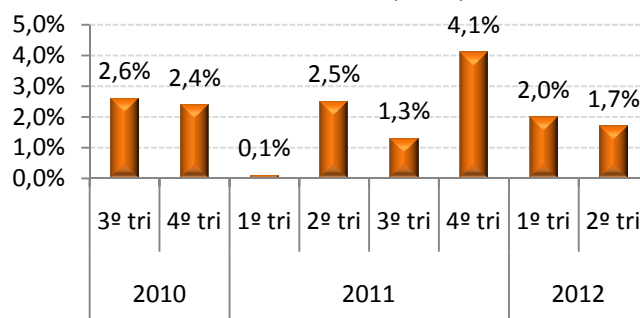
Economia Internacional

A economia mundial vem enfrentando um processo de desaquecimento, em função da estagnação da economia dos EUA, da desaceleração do ritmo de crescimento da China e da crise por que passam os importantes países europeus, mais especificamente os que integram a chamada “Zona do Euro”, como Espanha, Itália, França, Grécia, Irlanda e Portugal, por exemplo.

O PIB dos Estados Unidos fechou 2011 com crescimento de 1,7%. No segundo trimestre deste ano, voltou a registrar o mesmo percentual (anualizado), ficando abaixo do observado no primeiro trimestre (2,0%). A desaceleração ocorreu em função do menor ritmo de crescimento do consumo pessoal e dos investimentos, embora as exportações tenham registrado crescimento maior.

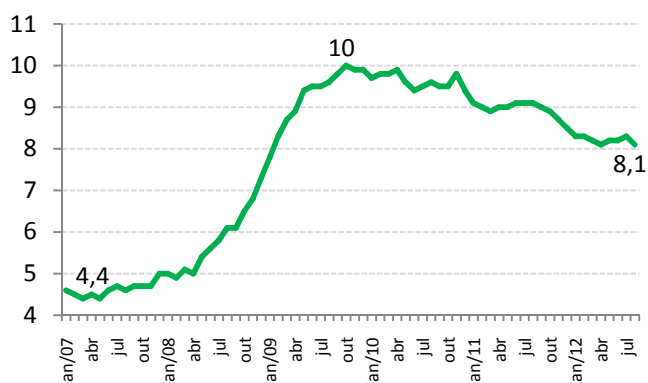
Crescimento do PIB dos EUA

Taxa anualizada (em %)



Fonte: Depto. do Comércio dos EUA

Taxa de desemprego nos EUA (em %)



Fonte: Bureau of Labor Statistics

A taxa de desemprego naquele país ainda se encontra em patamar elevado (acima de 8,0%), considerando que, antes da crise de 2008, essa taxa situava-se abaixo de 5,0%. Isso mostra a grande dificuldade que os Estados Unidos vêm enfrentando para recuperar sua economia, desde a mencionada crise.

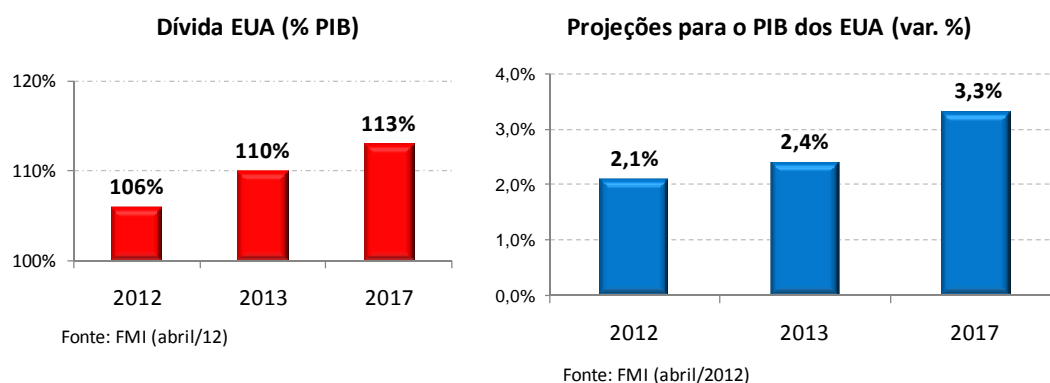
Outro dado preocupante é a relação Dívida/PIB do país. Segundo previsões do FMI, a dívida soberana dos EUA deve fechar 2012 comprometendo mais de 100% do seu PIB, atingindo 113%, em 2017.

Com o intuito de estimular a economia americana e reverter o quadro de estagnação do país, o Federal Reserve, o Fed (Banco central dos Estados Unidos), anunciou mais medidas de afrouxamento monetário, como, por exemplo, barateamento do crédito e gastos mensais da ordem de US\$ 40 bilhões na compra de títulos atrelados a hipotecas. Tais medidas serão tomadas até que o mercado de trabalho volte a apresentar melhora mais substancial.

Além disso, o Fed também planeja manter as taxas de juros de curto prazo em níveis recordes de baixa até meados de 2015, ampliando assim o horizonte temporal, que era até então meados de 2014.

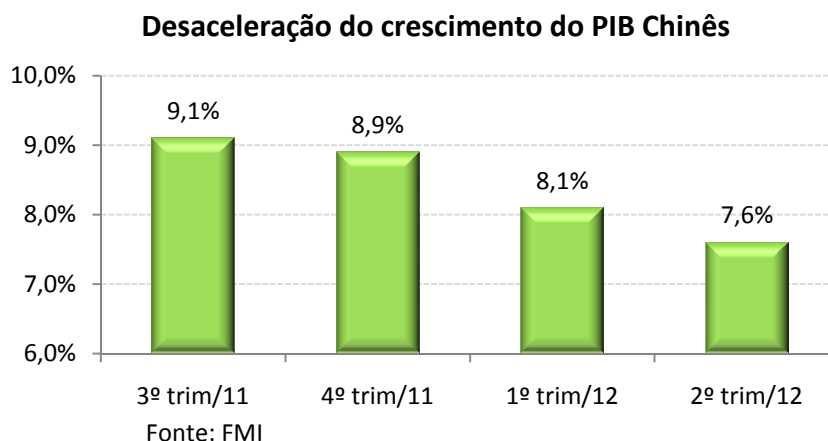
Desde a crise de 2008, o Fed já comprou US\$ 2 trilhões em títulos do Tesouro e títulos atrelados a hipotecas. Porém, com a aquisição de mais títulos, eleva-se o risco de uma inflação maior no futuro.

Segundo o FMI, o PIB dos Estados Unidos crescerá acima de 3,0% somente em 2017, sinalizando que a economia desse país demandará ainda alguns anos para ser recuperar e chegar aos níveis de crescimento observados antes da crise de 2008.



A economia chinesa, por sua vez, vem exibindo crescentes sinais de deterioração, desde a produção industrial ao setor bancário. O índice oficial de gerentes de compras da indústria de transformação caiu de 50,1%, em julho deste ano, para 49,2%, em agosto, indicando contração da atividade econômica (abaixo de 50%).

Após ter registrado alta de 10,4%, em 2010, o PIB chinês cresceu menos em 2011 (9,3%) e a previsão é que de a taxa de crescimento desse indicador, em 2012, gire em torno de 7,5%. Pelo gráfico abaixo, pode-se perceber, claramente, o processo de declínio da taxa de crescimento do PIB daquele país, saindo de um percentual de 9,1% (3º trim./11), para 7,6% (2º trim./12).



A crise instalada na Zona do Euro também continua dando sinais de que está longe do seu fim. Os líderes europeus vêm mantendo suas estratégias de buscar soluções para os problemas à medida que aparecem. As medidas mais recentes que merecem destaque dizem respeito: i) ao acordo para recapitalização de bancos espanhóis no valor de até € 100 bilhões, com o propósito de socorrer os bancos em dificuldades e dar maior credibilidade ao sistema bancário do país, evitando-se um efeito contágio para outras economias da região, e ii) ao acordo que lançou bases para a introdução de uma união bancária efetiva na Zona do Euro.

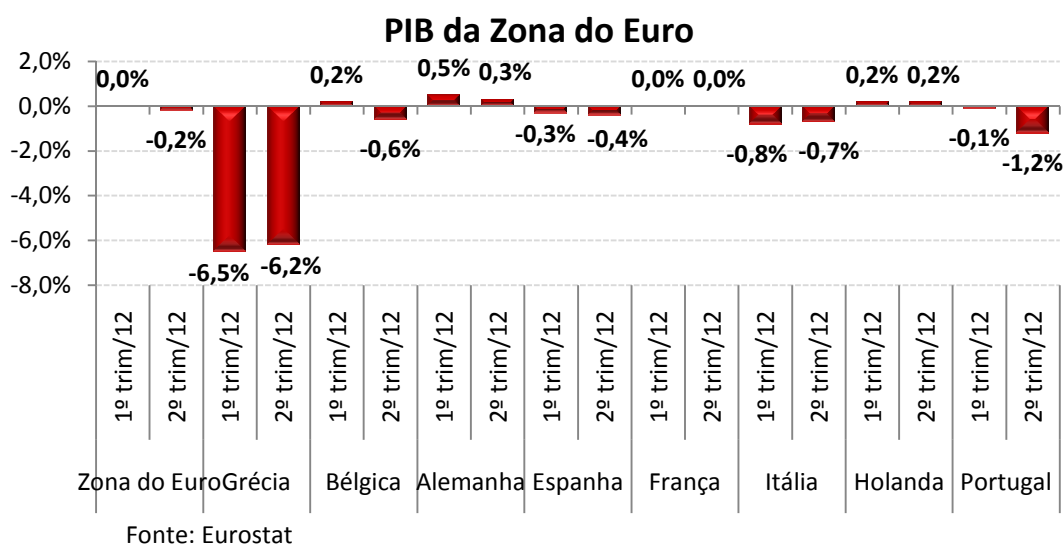
No último encontro dos líderes europeus, realizado em junho, ficou acordado que o Banco Central Europeu (BCE) passará a ser, a partir de 2013, o órgão único de supervisão bancária da Zona do Euro. Com isso, os fundos *European Financial Stability Facility* (EFSF) e *European Stability Mechanism* (ESM) poderão recapitalizar os bancos de maneira direta, rompendo o círculo virtuoso entre as dívidas soberanas e bancárias.

Medidas de austeridade têm sido anunciadas e implementadas em vários países da região. As mais recentes integram um pacote de reformas a ser implementado, em breve, pelo governo espanhol, merecendo destaque a restrição a ser imposta às pessoas que pretendem se aposentar antes dos 65 anos de idade. Deverão ser criados também um órgão de fiscalização tributária e programas de capacitação profissional.

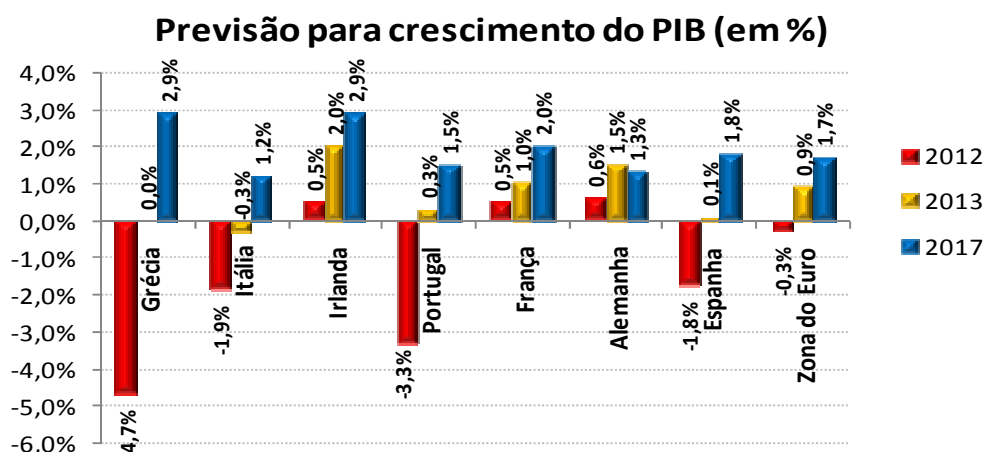
Entretanto, o que se observa é que as medidas de austeridade que vem sendo implementadas, somadas às dificuldades bancárias e à demora nas decisões políticas têm prejudicado o nível de atividade da Zona do Euro.

O último PMI (índice que mede o nível de atividade industrial) referente à zona do euro caiu para 45,9%, o menor nível dos últimos 39 meses.

No segundo trimestre deste ano, a taxa de crescimento do PIB da Zona do Euro foi negativa (-0,2%), puxada pela contração do PIB da Grécia (-6,2%), que também apresentou queda no primeiro trimestre deste ano, assim como o a Itália, Espanha e Portugal.



A previsão do FMI é de que o PIB da Zona do Euro registre queda de 0,3% neste ano, voltando a se recuperar lentamente, a partir de 2013.



Fonte: FMI (abril/2012)

Assim, percebe-se que a economia internacional seguirá em ritmo lento de recuperação nos próximos anos, refletindo, principalmente, a crise na Zona do Euro, cujo desdobramento ainda permanece incerto.

Esse cenário externo conturbado (lenta recuperação da economia dos EUA, crise europeia e desaceleração da economia chinesa) pouco beneficiará o Brasil, principalmente, no tocante às exportações. Inclusive, nesse contexto, é muito provável que a China passe a redirecionar boa parte de suas exportações para países emergentes como o Brasil, acirrando a concorrência com as empresas brasileiras, tanto no mercado interno brasileiro como no mercado internacional.

Resumo da economia internacional:

- Recuperação lenta da economia dos Estados Unidos.
- Crise na Zona do Euro sem perspectivas de solução nos próximos anos, dadas as dificuldades de implementação dos programas de austeridades por parte dos governos de importantes países mais diretamente envolvidos na crise, como Espanha, Itália e França.
- Desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa mais forte do que se esperava, com reflexos na economia global, contribuindo para deprimir os preços das *commodities*, principalmente, minerais e metálicas.
- Com a retração dos mercados globais, a China tende a direcionar maior quantidade de seus produtos para países emergentes, como o Brasil, acirrando ainda mais a concorrência como os produtos nacionais, interna e externamente.
- Cenário internacional pouco contribuirá com a economia brasileira, principalmente, no que tange às exportações.

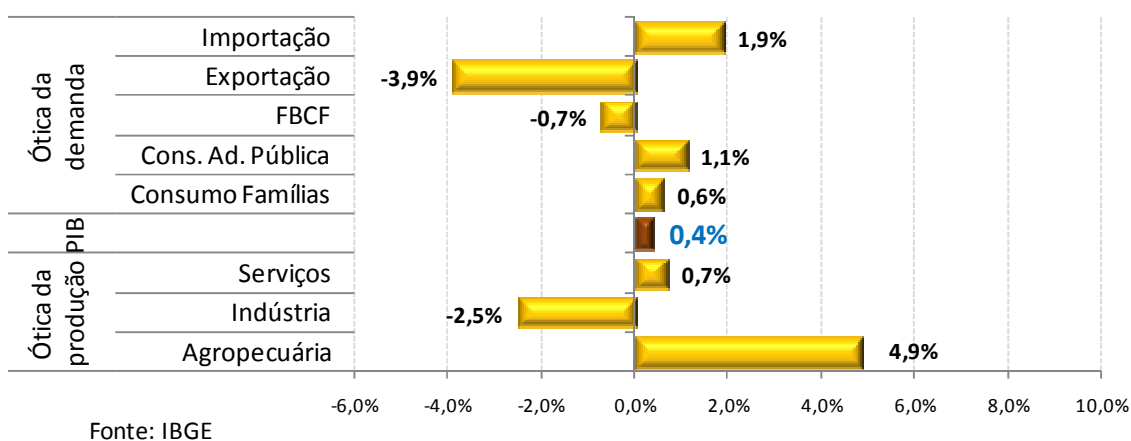
Economia brasileira

Após expressivo crescimento em 2010 (7,5%), o PIB brasileiro fechou 2011 com alta bem menor, de 2,7%, sobre o ano anterior. Em 2012, inclusive, vem dando sinais de que fechará o ano com crescimento ainda menor, entre 1,5% e 2,0%.

No segundo trimestre deste ano, o indicador elevou-se em apenas 0,4% sobre o trimestre anterior (com ajuste sazonal), quando havia crescido 0,2% ante o 4º trim./11. O baixo crescimento do PIB pode ser atribuído, pela ótica da produção, à retração de 2,5% do setor industrial, como reflexo, principalmente, da perda de competitividade das indústrias brasileiras frente aos produtos importados.

Já o setor de Serviços, beneficiado pelo crescente aumento real da renda da população ocupada, sustentou esse crescimento, juntamente com a Agropecuária, favorecida pela recuperação dos preços das *commodities* agrícolas, em função de choques de oferta (quebra de safras de soja, milho e trigo, nos principais países produtores).

PIB - Taxa (%) de crescimento (2º trim. 2012 / 1º trim. 2012)

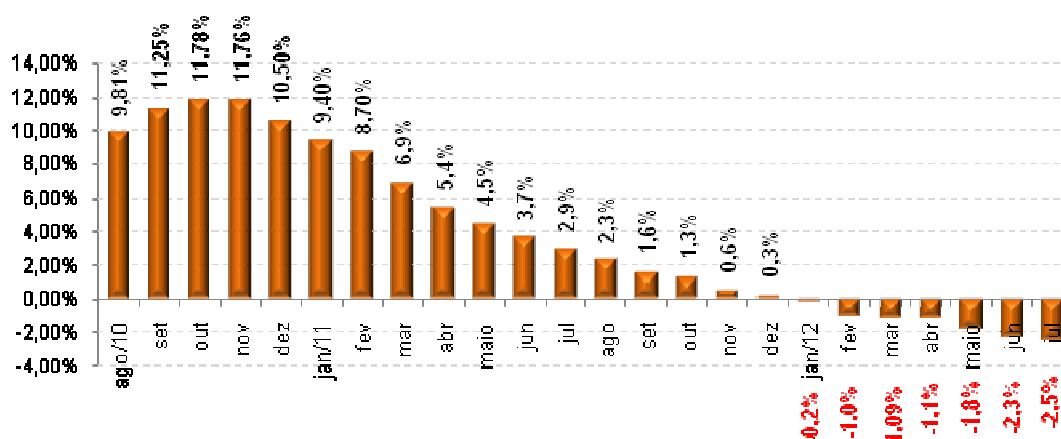


Destacaram-se no setor de Serviços as atividades de *Intermediação financeira e seguros* (+1,8%), *Serviços de informação* (+1,0%) e *Administração, saúde e educação pública* (+0,8%), enquanto o *Comércio* ficou estável em relação ao primeiro trimestre deste ano.

Já a queda da Indústria foi puxada por retrações na *Indústria de transformação* (-2,3%), na *Extração mineral* (-2,3%) e na *Construção civil* (-0,7%).

Ao se analisar a produção acumulada da indústria como um todo, nos últimos doze meses até o mês de referência, como mostrado no gráfico a seguir, constata-se queda no ritmo de crescimento, refletindo a perda de competitividade da indústria brasileira frente aos produtos importados, favorecidos pela taxa de câmbio.

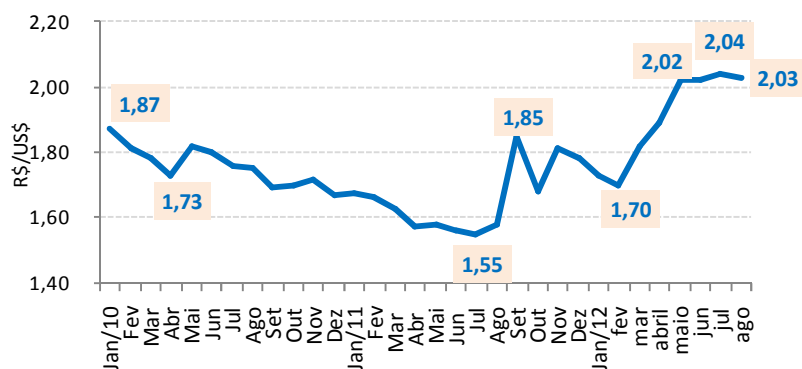
Taxa crescimento da produção industrial (acumulada últimos 12 meses até o mês de referência)



Fonte: IBGE

Mas essa perda de competitividade da indústria nacional não está associada somente ao câmbio, que se manteve valorizado de 2010 até março de 2012 (gráfico, a seguir), mas também à baixa produtividade, decorrente da elevação dos custos, como da mão-de-obra, por exemplo, e à falta de investimentos, principalmente, em inovação, o que garantiria maior competitividade aos produtos nacionais.

Taxa de câmbio (R\$/US\$)



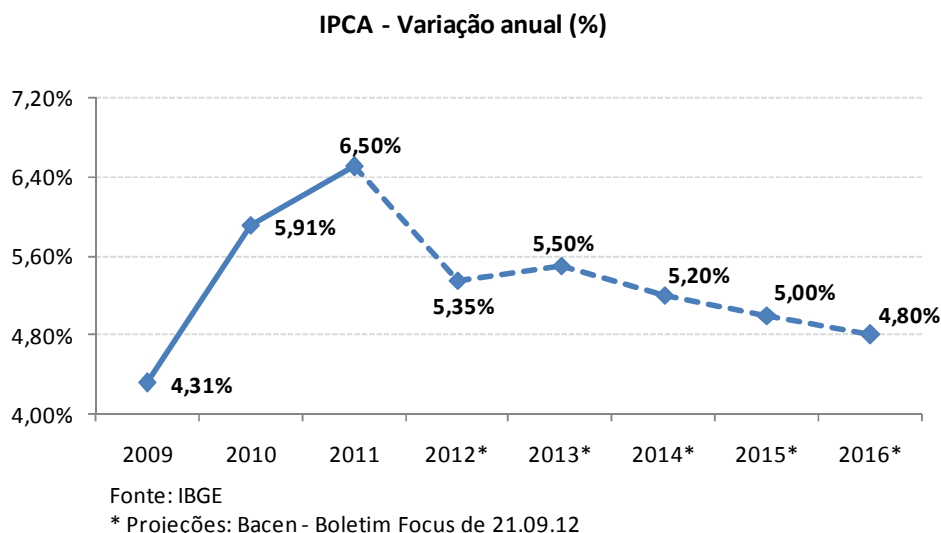
Fonte: BACEN

Após registrar desvalorização mais acentuada, de março a maio deste ano, a taxa de câmbio vem-se estabilizando na faixa entre R\$ 2,00 e R\$ 2,04 por dólar. A expectativa é de que o atual patamar do câmbio venha a beneficiar as exportações brasileiras, ou seja, a indústria nacional, em detrimento das importações.

Mas, se, por um lado, o câmbio desvalorizado favorece os exportadores, que passam a receber mais reais por dólar exportado, por outro lado, prejudica os importadores, que passam a despendar mais reais por dólar importado. Com isso, certamente, o custo de produção de alguns segmentos da indústria, que importam insumos (produtos químicos, componentes eletrônicos etc), foi majorado, e esse aumento, ao ser repassado, em parte, ao longo de algumas cadeias produtivas, tende a pressionar os índices de inflação.

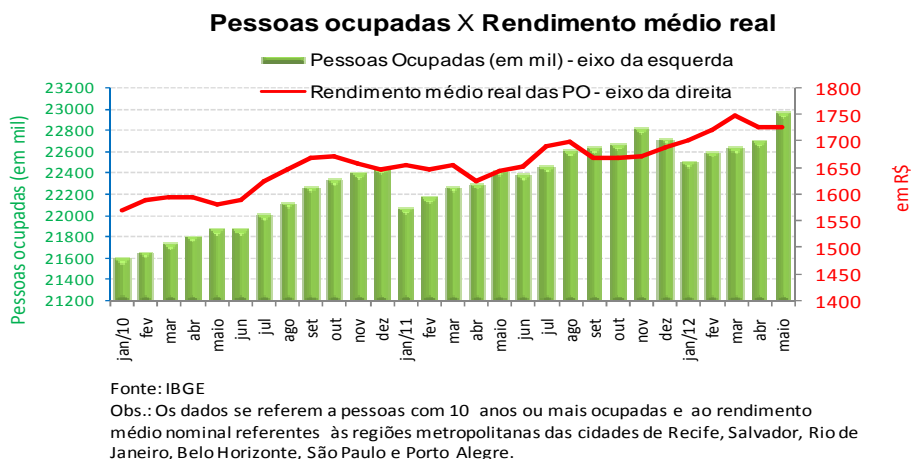
Entretanto, como o mercado interno vem dando sinais de desaquecimento, em função da crise internacional, do baixo nível de investimentos no país e do elevado patamar de endividamento da população, não há riscos de que a inflação saia de controle, ou seja, extrapole o teto da meta, fixado em 6,5%, pelo Conselho Monetário Nacional.

O IPCA dos últimos doze meses acumula alta de 5,24% até agosto, devendo fechar 2012 em 5,35% (abaixo do teto da meta de inflação), segundo previsões dos analistas do mercado financeiro, consolidadas pelo Banco Central, no boletim Focus, sinalizando que estará sob controle neste e nos próximos anos.



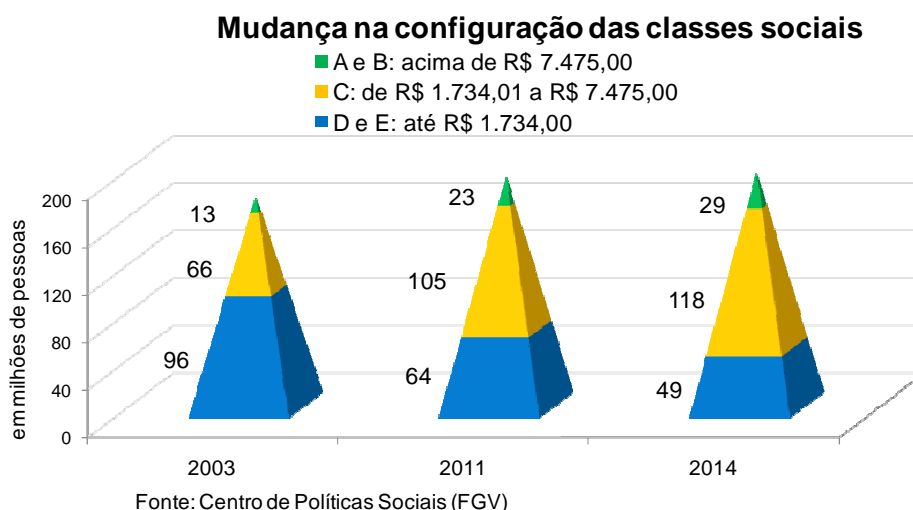
Analisando-se o PIB pelo lado da demanda agregada, pode-se destacar a alta de 0,6% no *Consumo das famílias* e de 1,1% no *Consumo da Administração Pública*, aí incluídos os programas assistenciais do governo e o custeio da máquina pública. Já a Formação Bruta de Capital Fixo (“investimentos”) e as exportações registraram queda de 0,7% e 3,9%, respectivamente, enquanto as importações cresceram 1,9%.

Destaque-se que os contínuos aumentos reais da renda da população e o crescimento do mercado de trabalho têm permitido crescimento do consumo das famílias nos últimos anos, dando sustentação à alta do PIB. Já as exportações têm se retraído em função da crise econômica europeia e desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial.



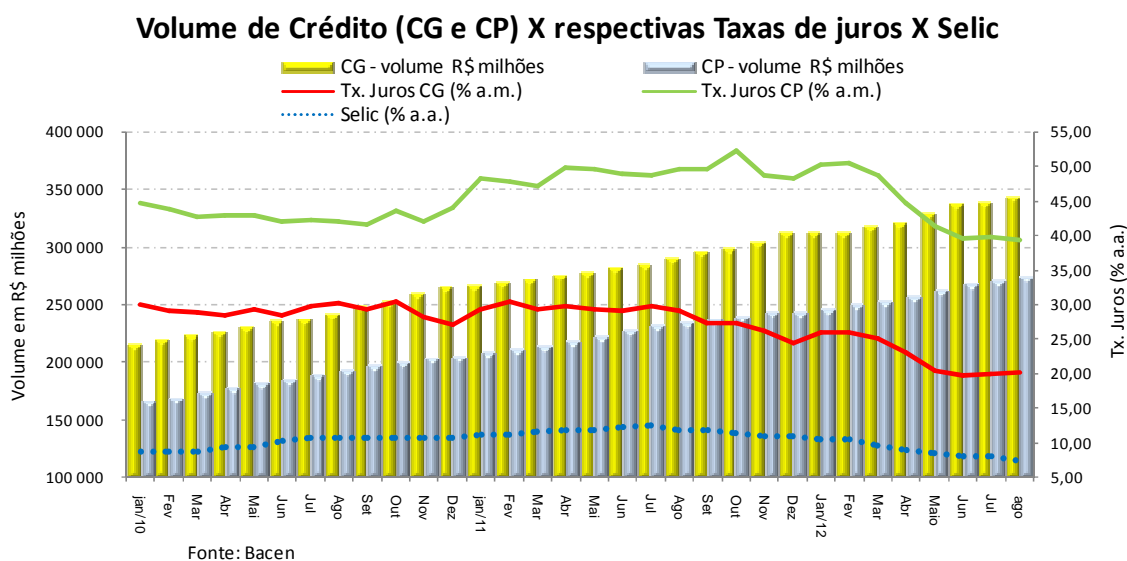
Outro fator que tem contribuído o crescimento do consumo das famílias é o contínuo (e expressivo) ingresso de novos consumidores nas classes de renda de maior nível, modificando substancialmente a configuração da “pirâmide social” brasileira.

O gráfico, a seguir, mostra a migração de 32 milhões de consumidores, das classes D/E para a classe C, ocorrida entre 2003 e 2011, o que fez com que os consumidores desta classe passassem a representar mais da metade da população (54%). O crescimento foi substancial, considerando que, em 2003, representava apenas 37% do total. A perspectiva é de que, em 2014, a classe C passe a representar 58% do total de consumidores, com a migração de mais 15 milhões de pessoas, provenientes das classes D/E.

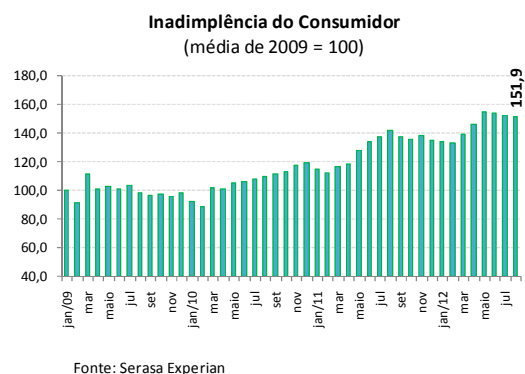
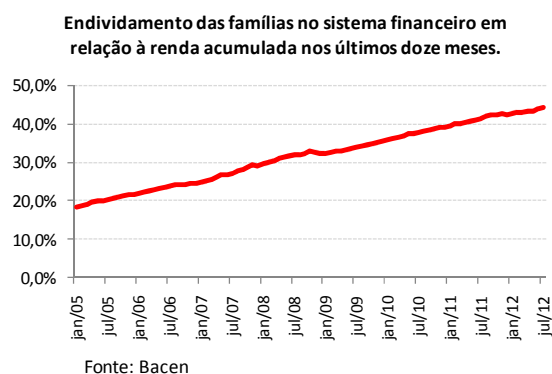


Esses “novos” consumidores passaram a adquirir hábitos de consumo que antes não possuíam, demandando produtos e serviços como automóveis, microcomputadores, banda larga, ensino privado, planos de saúde, pacotes turísticos etc.

A maior demanda por bens tem se refletido no aumento do volume de crédito concedido pelo sistema financeiro, que tende a ser impulsionado que queda mais acentuada das taxas de juros em operações como Capital de Giro e Crédito Pessoal (gráfico abaixo).



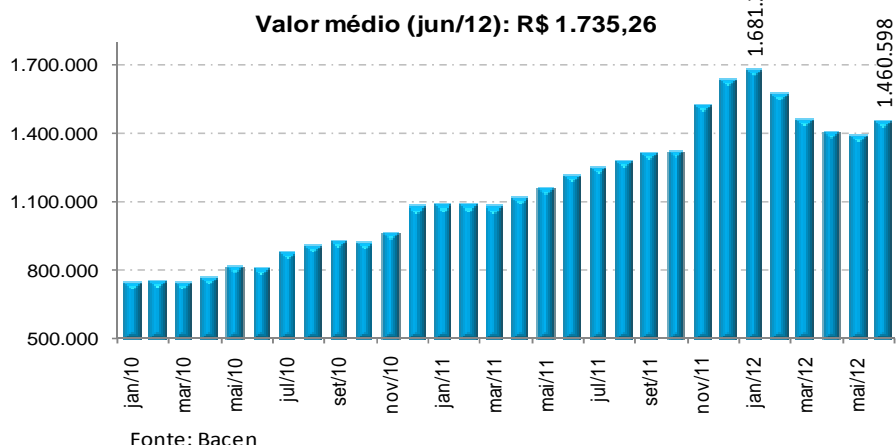
Entretanto, o elevado nível de endividamento da população vem inibindo um aumento maior da demanda por crédito. Dados do Banco Central mostram que cerca de 44% da renda das famílias já estão comprometidos com dívidas no sistema financeiro nacional (maior nível da série histórica). Esse elevado nível de endividamento se reflete na inadimplência, que também se encontra nos maiores patamares históricos já registrados, segundo dados da Serasa.



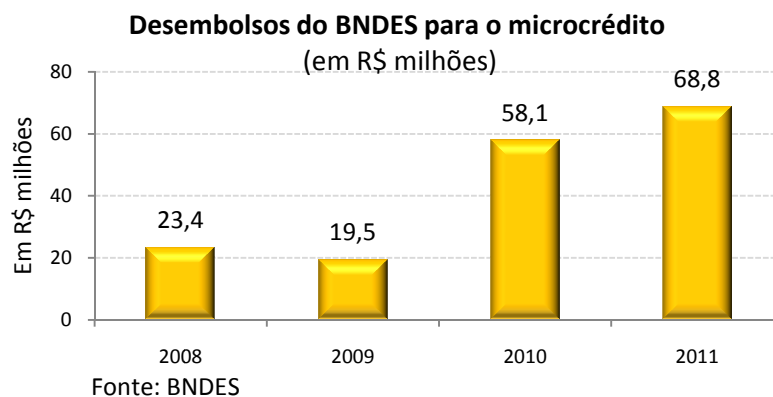
Com o propósito de reverter essa situação, o governo já acena com a possibilidade de ampliar o limite de renegociação de dívidas para pessoa física e empresas, com incentivo tributário. Assim, os consumidores inadimplentes se tornariam “adimplentes”, podendo comprar bens duráveis como empréstimos bancários.

O crédito direcionado para o microempreendedor, pelo sistema financeiro, também cresceu de forma significativa nos últimos anos, como mostrado no gráfico a seguir:

Microcrédito - Aplicações totais em R\$ mil (Direcionamento de depósito à vista - microempreendedor)

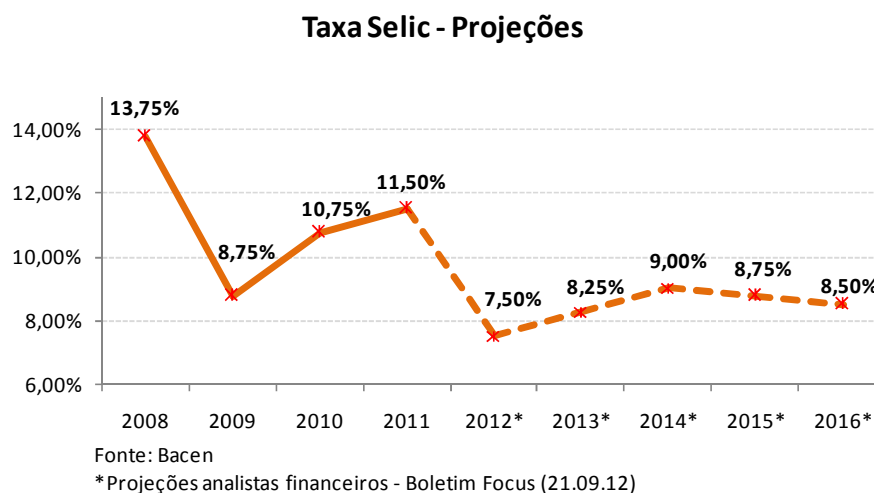


Os valores desembolsados pelo BNDES para o microcrédito, por sua vez, atingiram R\$ 68,8 milhões em 2011, registrando crescimento de 18,4% sobre o ano anterior.



Com a queda da taxa básica de juros, assim como da TJLP, praticada pelo BNDES em operações de longo prazo, atualmente em 5,5% a.a., a perspectiva é de que a demanda por crédito continue a aumentar neste e nos próximos anos.

Segundo o Boletim Focus do Banco Central, analistas do mercado financeiro prospectam taxa básica de juros (Selic) em 7,50% para o final deste ano, voltando a se elevar nos anos seguintes, em função de um provável repique inflacionário.



Para tentar minimizar as dificuldades enfrentadas pelo setor industrial e proporcionar maior competitividade às empresas do setor, o Governo lançou, em agosto de 2011, o Plano Brasil Maior (PBM), focando mais especificamente os setores que vinham enfrentando forte concorrência com os produtos importados.

Uma das principais medidas contempladas no PBM foi a desoneração da folha de salários com a substituição da alíquota patronal do INSS de 20% sobre a folha de salários, por uma alíquota de 1,5% a 2,5% sobre o faturamento para as empresas de confecções, couros, calçados, *call center* e *software* que não sejam optantes do SIMPLES.

Mais recursos para investimentos em Inovação também foram contemplados no PBM. Em abril deste ano de 2012, novas medidas de estímulo ao investimento e à inovação e de defesa do mercado interno (MP 563 e 564), complementares ao PBM, foram anunciadas pelo

governo, melhorando, por exemplo, as condições das linhas de crédito para esse fim, como a fixação da taxa de juros em 4,0% ao ano.

Com essas medidas, a desoneração dos 20% de contribuição para o INSS, incidentes sobre a folha de salários, por exemplo, foi ampliada, passando a contemplar mais onze setores:

Medida: Desoneração de 20% para o INSS sobre a folha de pagamento

Setores contemplados no Plano Brasil Maior	Onze "novos" setores incluídos nesse contexto, com as recentes medidas (MP 563 e 564)
Obs.: A partir de julho de 2012	
> Confecções.	> Têxtil
> Couros.	> Naval
> Calçados.	> Aeronáutico
> <i>Call Center</i>	> Material elétrico
> <i>Software</i>	> Autopeças
	> Bens de capital
	> Plásticos
	> Móveis
	> Ônibus
	> Hotéis
	> <i>Design house</i> (chips)

Setores que passaram a ser contemplados no programa REVITALIZA - EXPORTAÇÃO, do BNDES:

PROGRAMA REVITALIZA - EXPORTAÇÃO	
Setores "antigos"	"Novos" setores incluídos
> Têxteis	> Calçados de outros materiais
> Vestuário e acessórios	> Instrumentos médicos e odontol.
> Couros e Calçados de couros	> Equipamentos de inform. e periféricos
> Produtos de madeira	> Material eletrônico e de comunicações
> Pedras ornamentais	> Brinquedos
> Frutas	> Móveis
> Produtos cerâmicos	> Artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado
> Peças/acessórios para veículos	> Transformados de plástico
> Serviços de TI	
> Bens de capital	

Prazo para exportação: até 24 meses

Em maio de 2012, foram divulgadas novas medidas de Estímulo à Economia, que compreendem redução do IOF, de 2,5% para 1,5%, em todas as operações de crédito ao consumidor, diminuição das alíquotas do IPI incidente em veículos (passeio e comerciais leves) e redução do juro do PSI (BNDES) para caminhões e ônibus, máquinas e equipamentos e outros bens. Tais medidas representam renúncia fiscal da ordem de R\$ 2,7 bilhões, que, somadas às anteriores, totalizam R\$ 63,1 bilhões.

Medidas de Estímulo ao Investimento e à Inovação e de defesa da Indústria e do Mercado Interno	
1 - Renúncia fiscal líquida	R\$ 3,1 bilhões
> Prorrogação da redução do IPI da linha branca	R\$ 534 milhões
> Medidas para a banda larga	R\$ 460 milhões
> Desoneração da folha de pagamentos	R\$ 1,8 bilhões
2 - Compras governamentais	R\$ 3,9 bilhões
3 - Equalização do Programa de Sustentação do Investimento (PSI)	R\$ 6,5 bilhões
4 - Expansão do Proex	R\$ 1,9 bilhões
5 - Novo aporte do Tesouro ao BNDES	R\$ 45 bilhões
6 - Medidas de Estímulo à economia (maio/2012)	R\$ 2,7 bilhões
Total	R\$ 63,1 bilhões

Fonte: Ministério da Fazenda e jornal Valor Econômico

Recentemente, o governo contemplou mais 25 setores no processo de desoneração do INSS sobre a folha de pagamento, passando o total de setores abrangidos pela medida para 40. Além disso, anunciou também redução das tarifas de energia elétrica para todos os consumidores, a partir de fevereiro de 2013. No caso da indústria, por exemplo, essa redução pode variar entre 18,0% e 28%, o que representará redução do custo de produção, que poderá ser repassado para os preços dos produtos e/ou recompor margens de lucro.

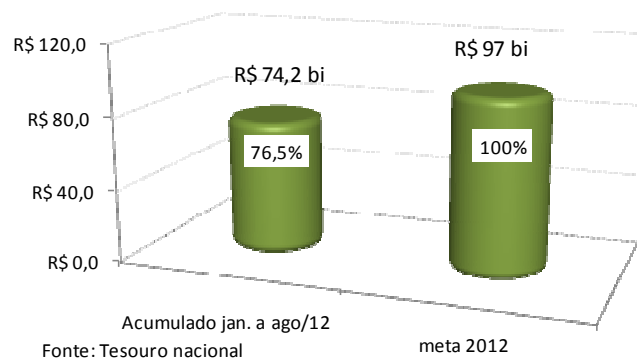
Entretanto, embora o propósito dessas medidas seja o de estimular o consumo, o elevado nível de endividamento da população e a inadimplência em patamares também elevados, conforme já comentado, tendem a comprometer um crescimento maior da demanda por bens duráveis.

Esse elevado nível de endividamento mostra que o ambiente econômico atual difere do de 2009, quando as medidas anticíclicas implementadas à época, para fazer frente à crise financeira mundial, encontraram respaldo no aumento significativo do consumo interno, devido à existência de uma demanda reprimida por bens duráveis, que foi em grande parte satisfeita ao longo dos últimos três anos. Ou seja, a capacidade de crescimento do PIB pelo Consumo das Famílias, atualmente, é bem mais limitada, devido ao elevado nível de endividamento da população e por essa já estar com sua necessidade por bens já, em grande parte, atendida.

Do lado fiscal, o governo tem declarado que a meta de superávit primário para este ano (R\$ 97 bilhões) será atingida, em que pesem a perspectiva de aumento dos investimentos públicos e as medidas de estímulo ao investimento e à inovação e de defesa da indústria e do mercado interno.

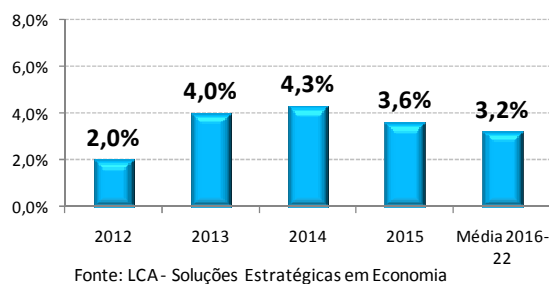
De janeiro a agosto de 2012, o superávit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) somou R\$ 74,2 bilhões, representando 76,5% da meta de R\$ 97 bilhões estipulada este ano.

Superávit primário Governo Central (em R\$ bilhões)

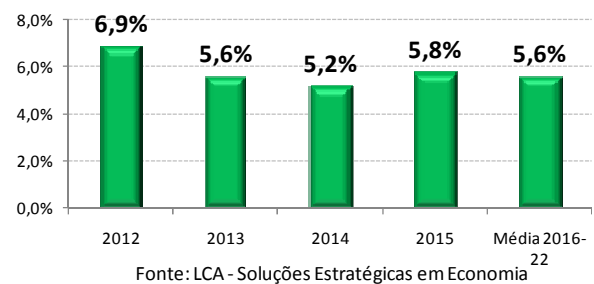


Não obstante as medidas de Estímulo à Indústria, a perspectiva é de que o Comércio continue a registrar taxas de crescimento bem mais expressivas que às do setor industrial, nos próximos anos, conforme os gráficos, a seguir.

Projeções de crescimento para a produção industrial (em %)



Projeções de crescimento para o Comércio (exceto autos e construção)

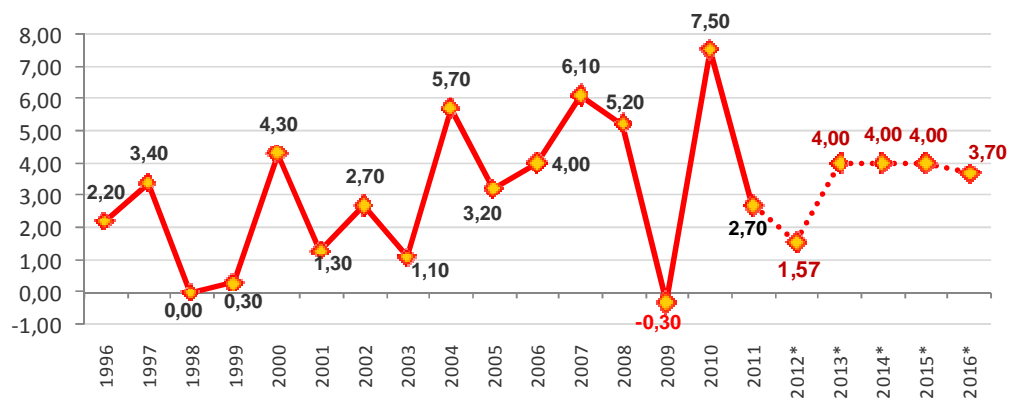


Diante dessa realidade, analistas do mercado financeiro estão prospectando crescimento de 2,18% para o PIB em 2012, mais dependente do mercado interno do que do mercado externo, devendo ser sustentado pelo consumo das famílias e pelos Investimentos, ambos se intensificando no segundo semestre.

Para os próximos quatro anos, a expectativa dos analistas financeiros é de que a taxa de crescimento do PIB fique em torno de 4,0%, também puxado pelo consumo das famílias e pelos Investimentos. A expectativa do governo é de que os Investimentos no país aumentem cerca de 10% em 2013, como reflexo dos estímulos dados a vários setores econômicos.

No entanto, como o desempenho da economia brasileira depende também do cenário internacional, eventual agravamento da crise na Zona do Euro tende a afetar negativamente o crescimento projetado para o PIB brasileiro.

PIB - Crescimento anual (em %)



Fonte: IBGE

* Projeções BACEN - Boletim Focus (21.09.2012)

Resumo do cenário nacional:

- Redução gradativa da taxa básica de juros (Selic), devendo encerrar 2012 em 7,50%.
- Redução dos *spreads* bancários, puxada pelos bancos oficiais, com reflexos nas taxas de juros das linhas de crédito às pessoas físicas e jurídicas.
- Inflação (IPCA) sob controle, embora deva fechar 2012 (e os próximos quatro anos) acima da meta de 4,5%, mas abaixo do teto (6,5%).
- Superávit primário deve ser atingido este ano, apesar da perspectiva de aumento dos investimentos públicos e das medidas de estímulo ao investimento e à inovação e de defesa da indústria e do mercado interno.
- Taxa de câmbio (R\$/US\$) deve continuar desvalorizada, situando-se entre R\$ 2,00 e R\$ 2,05 por dólar até o final do ano.
- Inserção de novos consumidores na Classe C (renda entre quatro e dez salários mínimos) e continuidade de crescimento da massa salarial devem dar sustentação à elevação do PIB, pelo lado da demanda.
- Desoneração (INSS) sobre folha de pagamento (40 setores) e redução das tarifas de energia elétrica tendem a minimizar os custos de produção industrial, principalmente.
- Comércio deve crescer a uma taxa média anual de 6,0%, enquanto a Indústria, a uma taxa de 3,2%, neste e nos próximos dez anos.
- Elevado nível de endividamento (e inadimplência) da população pode comprometer crescimento maior do consumo este ano, frustrando expectativas do governo quanto à magnitude de crescimento do PIB.
- Analistas do mercado financeiro prospectam crescimento para o PIB em torno de 1,57%, em 2012, devendo registrar taxas maiores de crescimento nos próximos quatro anos, na faixa de 4,0%.

Oportunidades para as MPE

Há que se chamar a atenção também para importantes eventos, que ocorrerão nos próximos anos e que certamente proporcionarão grandes oportunidades de negócios para as micro e pequenas empresas, não obstante o presente cenário traçado para a economia brasileira.

Nesse contexto, há que se destacar os Jogos Olímpicos que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2016. Outros grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014, Copa das Confederações em 2013 e Paraolimpíadas, também tendem a alavancar investimentos em todo o país. O impacto da Copa do Mundo na economia brasileira, por exemplo, é estimado em R\$ 142 bilhões (Ernst & Young, 2010).

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Sebrae aponta que a Copa gerará diversas oportunidades de negócios para micro e pequenas empresas. Mais especificamente, o estudo aponta nove setores como de maior potencial para os próximos anos, por conta dos investimentos antes, durante e depois do evento. São eles:

- Construção civil;
- Tecnologia da informação;
- Turismo;
- Produção associada ao turismo;
- Comércio varejista;
- Serviços;
- Vestuário;
- Madeira e móveis; e
- Agronegócio.

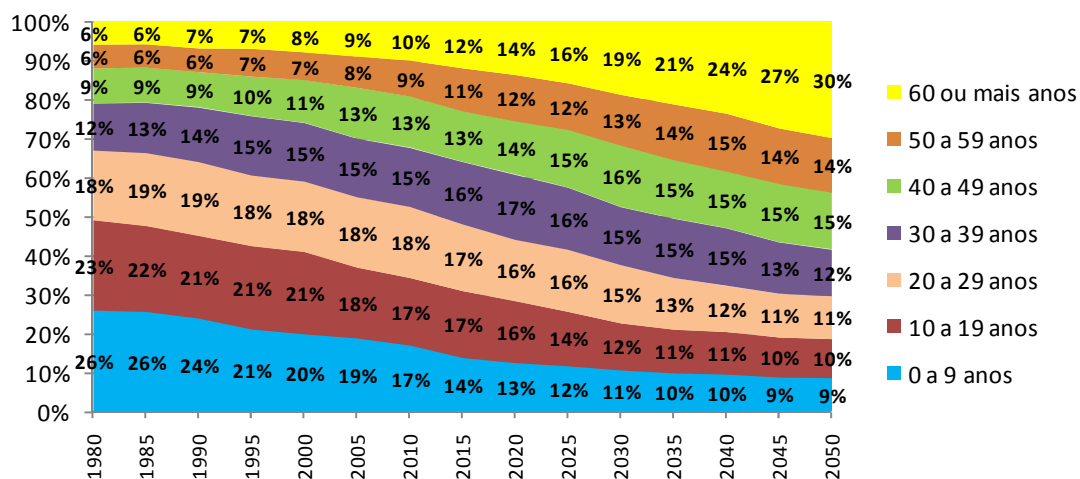
Além dos investimentos previstos para os eventos esportivos, o Governo Federal aponta para a continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que se soma aos investimentos que serão realizados pelos setores público e privado nos próximos anos em decorrência da descoberta do petróleo da camada Pré-Sal. Apenas a Petrobras pretende investir R\$ 87 bilhões até 2016 no Pré-Sal. Junto com os investimentos, surgem inúmeras oportunidades para pequenos negócios na cadeia produtiva do petróleo e em atividades diversas em regiões de grandes obras.

Painel de oportunidades

Eventos	Ano	Setores	Investimentos/desoneração* (estimativas)
Copa das Confederações	2013	Construção civil, turismo, TIC, Comércio varejista, Serviços, Vestuário, Madeira e móveis e Agronegócios	R\$ 142 bilhões
Copa do Mundo	2014		
Olimpíadas (RJ)	2016	Idem acima	R\$ 30 bilhões
Internet	longo prazo	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), <i>e-commerce</i> e web 2.0	ND
Petrobras (Pré-sal)	até 2016	cadeia produtiva do petróleo	R\$ 87,4 bilhões
Outros investimentos do PAC	de 2012 a 2015	Minha Casa Minha Vida	R\$ 390 bilhões
		Energia	R\$ 300 bilhões
		Petróleo e gás	R\$ 228 bilhões
		Transportes	R\$ 117 bilhões
		Total	R\$ 1,122 trilhão
Plano Brasil Maior e Medidas de Estímulo à Economia	Julho de 2012	confeções, couros, calçados, call center e <i>software</i> , têxtil, naval, aeronáutico, material elétrico, autopeças, bens de capital, plásticos, móveis, ônibus, hotéis e <i>design house</i> (chips)	R\$ 63 bilhões*

Projeta-se também, para os próximos anos, forte transformação da composição etária da população brasileira, o que sinaliza novas oportunidades de negócios a serem oferecidos para o público de faixa etária igual e superior a 60 anos, cuja representatividade na população será cada vez maior, atingindo 30% em 2050, o triplo da representatividade atual.

Envelhecimento da população brasileira



Fonte: IBGE - dados obtidos em mar-11

Conclusão

Em face do cenário macroeconômico prospectado, pode-se depreender que o crescimento da economia brasileira dependerá mais fortemente, neste e nos próximos quatro anos, do dinamismo do mercado interno. Embora o país continue exportando *commodities* agropecuárias, minerais e metálicas, os preços desses produtos tendem a arrefecer, em função do desaquecimento da economia global.

Conforme foi possível constatar, a economia dos Estados Unidos vem se recuperando lenta e gradativamente da crise de 2008, pouco contribuindo para o crescimento mundial. Além disso, percebe-se também certa desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa e continuidade da crise na Zona do Euro, que pode se intensificar, a depender do processo de implementação dos programas de austeridade fiscal, elaborados para os países com elevadas dívidas soberanas, como a Grécia, a Espanha, a França, a Itália, Portugal e Irlanda.

Uma eventual ruptura do Euro, a depender da evolução da crise, certamente causaria sérios impactos à economia mundial, tanto nas transações comerciais quanto no mercado financeiro, gerando retração na liquidez e consequente escassez (e encarecimento) do crédito, prejudicando os países emergentes, como o Brasil.

Diante desse quadro, as perspectivas para as empresas exportadoras brasileiras não são tão otimistas quanto se desejaria, em que pese o novo patamar do câmbio (real mais desvalorizado em relação ao dólar) e os esforços do governo, com a implementação do Plano Brasil Maior, por exemplo, objetivando aumentar a competitividade dessas empresas e das que vem enfrentando forte concorrência com os produtos importados.

Já no mercado interno, a expectativa é de que os aumentos da renda do trabalhador e do salário mínimo (em termos reais), aliados ao crescimento do mercado de trabalho, embora em ritmo menor que o observado nos anos anteriores, continuem a dar sustentação ao crescimento do PIB, da ordem de 4,0% a. a., nos próximos quatro anos, puxando as micro e pequenas empresas que atuam, principalmente, no setor de Serviços e no Comércio.

Importante ressaltar que o crescimento da economia brasileira deverá contar também com maior participação dos investimentos em projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, rodovias, ferrovias, aeroportos, estádios, construção de moradias etc, a partir do segundo semestre de 2012, para atender eventos como a Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíadas, programa “Minha Casa, Minha Vida” etc.

Já o setor industrial brasileiro, debilitado pela forte concorrência com produtos importados ao longo dos últimos anos, tende a se recuperar lentamente, uma vez que essa concorrência não deixará de existir. Há, inclusive, o risco de que volte a se acirrar, com a China direcionando maior quantidade de produtos para os países emergentes, como o Brasil, tendo em vista a crise européia e a lenta recuperação da economia dos EUA.

Assim, percebe-se que investimentos em inovação se caracterizarão, cada vez, como diferencial competitivo das empresas brasileiras, tanto no mercado interno, quanto no externo.

A inovação, por agregar valor ao produto/serviço, permite que as micro e pequenas empresas, no caso, passem a concorrer em melhores condições com os produtos importados, aumentando seus faturamentos e consolidando-se no mercado em que atuam.

As medidas anunciadas pelo governo, como a desoneração dos 20% de recolhimento ao INSS sobre a folha de pagamento e as melhores condições das linhas e crédito do BNDES (redução das taxas de juros, alongamento do prazo de pagamento e da carência etc), para investimento em inovação, vêm ao encontro das necessidades das empresas, principalmente, das que atuam no setor industrial, e devem ser bem divulgadas e exploradas pelo Sebrae.

O crescente uso da internet no país, proporcionado pelo aumento do poder aquisitivo da população e evoluções das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tem alavancado mais especificamente serviços como o *e-commerce* e a *web 2.0*, abrindo oportunidades a serem exploradas pelas micro e pequenas empresas que queiram incrementar suas vendas, valendo-se desses meios e da maior utilização das redes sociais, por exemplo.

Como oportunidades para as MPE, há que se destacar os Jogos Olímpicos que ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro em 2016, bem como outros grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014, Copa das Confederações em 2013 e Paraolimpíadas, que tendem a alavancar investimentos em todo o país. Só o impacto da Copa do Mundo na economia brasileira, por exemplo, é estimado em R\$ 142 bilhões (Ernst & Young, 2010).

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Sebrae aponta que a Copa gerará diversas oportunidades de negócios para micro e pequenas empresas, em especial, para as que atuam nos setores relacionados abaixo:

- Construção civil;
- Tecnologia da informação;
- Turismo;
- Produção associada ao turismo;
- Comércio varejista;
- Serviços;
- Vestuário;
- Madeira e móveis; e
- Agronegócio.

Além dos investimentos previstos para os eventos esportivos, o Governo Federal sinaliza continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que se soma aos investimentos que serão realizados pelos setores público e privado nos próximos anos em decorrência da descoberta do petróleo da camada Pré-Sal. Apenas a Petrobras pretende investir R\$ 87,4 bilhões até 2016 no Pré-Sal. Paralelamente a esses investimentos, surgem inúmeras oportunidades para pequenos negócios na cadeia produtiva do petróleo e em atividades diversas em regiões de grandes obras.

Assim, pode-se perceber que, apesar de um cenário internacional menos favorável, inúmeras são as oportunidades, no mercado interno, para as micro e pequenas empresas, no horizonte deste PPA, o que exigirá do Sistema Sebrae maior ênfase no atendimento de qualidade ao seu público-alvo.

Finalizando, para que o Sebrae possa atuar em todo território, de forma eficiente e eficaz, deve pautar por uma gestão intensiva de suas ações. Nesse contexto, torna-se fundamental a atuação por meio dos Programas Nacionais, bem como a contínua busca pela excelência na gestão da organização.